



ESTRATÉGIAS DO PODER DISCIPLINAR NA ESCOLA E O ASSUJEITAMENTO DOS ALUNOS

ANTONIA ALVES JULIÃO PEDREIRA¹

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo visa apresentar as principais contribuições do pensamento do filósofo Michel Foucault para a educação, comparando-as com as problemáticas da atualidade. Pois, Michel Foucault sendo um crítico da instituição escolar e, de suma importância, promovendo uma análise atual e propondo novas perspectivas para que se possa entender as instituições escolares e os sistemas de pensamento. De acordo com o filósofo a escola é uma das instituições de discurso de verdade e poder, mencionada em sua Obra: *Vigiar e Punir* (1975).

Partindo desse pressuposto, esse artigo pretende fazer uma comparação de suas principais ideias com questões educacionais vividas nas escolas no tempo presente, tendo como base as observações realizadas numa escola pública municipal em Campo Grande – Mato Grosso do Sul.

Foucault aborda o tema escola em um capítulo de sua obra *Vigiar e Punir* (1975), fazendo um estudo sobre a disciplina, tendo como foco central a instituição escolar, que a compara igualmente como o quartel, a prisão, o manicômio e as fábricas.

O momento histórico da disciplina é o momento em que nasce uma arte do corpo humano que visa [...] à formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos (FOUCAULT, 1975, p. 133).

Portanto, de acordo com Foucault (1975) é necessário compreender que as práticas econômicas, jurídicas e políticas, são correlatadas das estratégias de poder disciplinar. Tais estratégias correspondem, segundo Foucault, a três critérios: tornar o exército do poder o menos custoso possível; alcançar com

¹ Trabalho feito na disciplina Tópicos em Análise do Discurso: Estudos Arquegenealógico do Discurso, ministrado pelo Prof. Dr. Marlon Leal Rodrigues, UEMS-CG.



êxito todo o corpo social; ajustar o crescimento desta economia do poder aos aparelhos que exercem o poder, tais como: os pedagógicos, os militares, os industriais e os médicos.

Foucault (1975) afirma que o exercício do poder disciplinar é, sobretudo, uma estratégia de exercício do poder que não dissocia sujeição e utilização. É o que ocorre com o exercício do poder disciplinar nas escolas, cuja estrutura física permite a vigilância dos estudantes para que entre outras coisas, seja possível controlar as conversas, a troca de olhares, o empenho nos estudos, para então remanejar alunos na sala de aula, definir horários, etc.

Dessa forma, a escola cria um mundo à parte, com a ilusão de neutralidade e singularidade do dizer, apoiada pelas disciplinas que tornará os alunos dóceis, obedientes e repetidores do sistema ideológico ao se deparar com a realidade da vida, num “brilhante” futuro “mundo do trabalho”. Porém, tal realidade é mascarada com o discurso segundo o qual a escola é “promotora da ascensão social”, possibilitando o tão “sonhado trabalho”. Mas na verdade, isso não corresponde com o real.

Assim, os objetivos deste trabalho foram os de analisar o discurso e a relação das ideologias na prática disciplinar da instituição escola de acordo com Michel Foucault e analisar as consequências dos efeitos do exercício disciplinar e o assujeitamento dos alunos ocorrido na escola observada.

2. MICHEL FOUCAULT - BREVE BIOGRAFIA

Michel Foucault (1926-1984) foi um filósofo francês, que exerceu grande influência sobre os intelectuais contemporâneos. Ficou conhecido por sua posição contrária ao sistema prisional tradicional.

Michel Foucault (1926-1984) nasceu em Poitiers, uma pequena cidade francesa, no dia 15 de outubro de 1926. Diplomou-se em Psicologia e Filosofia. Ensinou filosofia em universidades francesas e obteve a cátedra com o tema "História dos Sistemas de Pensamento" no Collège de France.

Aos 28 anos, publicou o seu primeiro livro, "Doença Mental e Personalidade" (1954). Mas o seu grande clássico foi “História da Loucura na Idade Média” (1961), escrito para a obtenção de seu doutorado na Sorbonne. Nessa obra, Foucault analisou o desprezo que as pessoas tinham no século 19 pelos doentes mentais. Publicou ainda: “Nascimento da Clínica” (1966), “As Palavras e as Coisas” e “Arqueologia do Saber” (1969). Vigiar e Punir (1975), uma das obras mais famosas, e, ainda deixou inacabado o livro “História da Sexualidade”.

Nos anos 1960, Foucault estava incluso no rol dos pensadores estruturalistas, como Claude Lévi-Strauss, Roland Barthes e Jacques Derrida, embora alguns autores não o considerem parte dessa escola de pensamento.



Michel Foucault acreditava que a prisão, mesmo que fosse exercida por meios legais, era uma forma de controle e dominação burguesa no intuito de fragilizar os meios de cooperação e a solidariedade do proletariado. O filósofo ainda criticava a psiquiatria e psicanálise tradicionais, no seu modo de ver, instrumentos de controle e dominação ideológica.

Foucault morreu em consequência das complicações da AIDS, em Paris, França, no dia 26 de junho de 1984.

3. IDEOLOGIA, ASSUJEITAMENTO E PODER DISCIPLINAR NA ESCOLA.

O que se pretende neste artigo não é divergir ou concordar da escola ou da forma como ela está posta, mas analisar a escola enquanto instituição disciplinar, através da diferenciação entre o exercício de violência e as relações de poder, que têm por objetivo tornar o aluno um corpo dócil e útil ao corpo social, e a forma como essas disciplinas vêm sendo utilizadas no campo da Educação.

Para Foucault, no livro *Vigiar e Punir* (1975), a disciplina também se manifesta nas escolas dos tempos atuais, justamente como uma maneira de exercer o poder para produzir sujeitos capazes de “funcionar” como engrenagens da nova sociedade. Os alunos contemporâneos são tão vigiados e controlados como os de antigamente.

A disciplina, de acordo com Foucault, fabrica corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”, aumentando a força do corpo em termos economicamente de utilidade, possibilitando o assujeitamento em termos políticos de obediência.

O poder separa o homem de si mesmo, afasta seu corpo de si mesmo e cria uma outra natureza em cima dele. Ele apenas não reprime [...] mais do que tudo, ele produz, ele cria corpos, exercita habilidades, capacita, conduz. Isso de dá em várias esferas da sociedade, uma alimentando a outra, são linhas de forças que entram em ressonância, não há um senhor rico e poderoso manipulando tudo, estão envolvidos políticos, padres, ricos, pobres, enfim, a sociedade como um conjunto de interesses e força (FOUCAULT, 1975, p. 221).

Pensando assim, tanto nas escolas, como nas fábricas, os corpos são distribuídos de maneira a regular as relações, os afetos, a produção. Existe um lugar determinado para ler, outro para se divertir, outro para estudar, outro para trabalhar, cada coisa em seu lugar. Tudo deve ser ordenado e delimitado: cada aluno em seu “posto”, como um operário devidamente posicionado na linha de montagem, realizando a otimização do espaço, organização hierárquica para impor-lhe ordem e o aluno como um corpo de trabalho eficiente, dócil, obediente.

Produzir um tipo específico de sujeito e, conseqüentemente, de sociedade, é o objetivo da escola, e por excelência a mesma persegue este fim. Portanto, ao contrário do discurso segundo o qual a escola é a base para a o conhecimento, o mercado de trabalho e a inclusão social.

Os processos pedagógicos em grande proporção promovem um apagamento da singularidade do aluno, um acomodamento enquanto ser político pensante, atuante e potencialmente transformador da realidade. Para Foucault (1975), há dois tipos básicos de sujeito: um que pode sair “formado” da escola: o dócil, disciplinado, pronto para obedecer e não contestar, outro que será o “delinquente”, que não se enquadra no sistema.

Na realidade, a disciplina é o exercício de um poder versátil. Isso porque, ela não corresponde a um uso meramente coercitivo da força sobre o indivíduo, com o objetivo de apropriar dos corpos, mas exercer “uma coerção sem folga, de mantê-lo ao nível mesmo de mecânica – movimento, gestos, atitude, rapidez: poder infinitesimal sobre o corpo ativo (FOUCAULT, 1975, p. 139).

Então, de acordo com Foucault, existe uma duplicidade de efeitos imediatos, pois segundo o filósofo a disciplina aumenta a força dos corpos em termos econômicos de utilidade e diminuem essas mesmas forças em termos políticos de obediência.

Sendo assim, é importante analisar os desdobramentos e deslocamentos que podem ser formulados sobre as estratégias de poder que atingem o corpo e, de acordo com Foucault, sobre esse assunto, nos deparamos com duas questões: o exercício do poder disciplinar e as estratégias de poder que investem sobre o corpo.

Foucault (2008), afirma em uma conferência de 1978 que a técnica disciplinar não foi inteiramente inventada no século XVIII, mas elaborada em seus princípios fundamentais neste século. Dentre os exemplos de aplicação do sistema disciplinar, na Idade Média e mesmo na Antiguidade, Foucault cita os monastérios, a escravidão, e as empresas escravagistas existentes nas colônias espanholas, inglesas, francesas, holandesas.

E, ao tratar do Panóptico de Bentham em 1975, Michel Foucault afirma que um assujeitamento real nasce mecanicamente de uma relação fictícia. De modo que não é necessário recorrer à força para obrigar o condenado ao bom comportamento, o louco à calma, o operário ao trabalho, o aluno à aplicação, o doente à observância das receitas. Dessa forma, não há relações de poder sem resistências.

Foucault afirma que a questão disciplinar, que se refere à instituição escolar, neste sentido, o presídio e a fábrica é a continuação da escola. E a ideologia faz com que nunca a culpa seja da sociedade, mas apenas do sujeito.

De acordo com Foucault (1975) o discurso da escola é um discurso de saber em primeiro lugar. Esse saber, contudo, não existe desvinculado do poder, de modo que a palavra da escola é a palavra da

“verdade”. O Foucault arqueólogo busca os elementos históricos que permitem a construção de determinados saberes, de determinados discursos de verdade e não de outros. Isso tem implicações diretas nas ciências e em suas aplicações sociais.

Partindo desse pressuposto, não é de se assustar, desse modo, que se associem o “mau aluno” ao “vagabundo” ou ao “louco”, observe-se que ambos não trabalham, e notem-se também o valor moral desses rótulos. Ambos são mal vistos e devem ser punidos e segregados. Pois, se sua rebeldia não for corrigida pela escola, posteriormente, caberá à prisão corrigi-los para “reintegrá-los” a “sociedade”.

Através do pensamento de Foucault, observa-se que isso faz sentido, pois a instituição escola, por meio de sua organização administrativa e pedagógica, principalmente pelo modo como trabalha a disciplina e os conteúdos, coloca os alunos em estado de assujeitamento, deixa claro que estes não são sujeitos de discurso, mas apenas sujeitos a discursos. E, é importante salientar que nunca foram sujeitos de dizer; a escola não lhes permite agir como seres singulares, trazendo o mundo da vida do qual provêm ao ambiente escolar para dinamizá-lo e melhorá-lo, muito menos transformá-los. Pelo contrário, a escola apaga pelo silenciamento discursivo (ideológico e histórico) o mundo de cada aluno.

É bem claro o modo como a escola cria um mundo à parte, com a ilusão de neutralidade do dizer, apoiada pelas disciplinas que tornará os alunos dóceis e repetidores do sistema ideológico ao regressarem à realidade da vida, num “suposto” futuro “mundo do trabalho”. Há uma realidade mascarada do discurso, segundo o qual a escola é a “promotora da ascensão social”, abrindo possibilidades ao trabalho.

Porém, na realidade, o que ocorre é totalmente o contrário, o que a escola faz é atuar como instrumento repetidor do sistema sócio-político e econômico vigente, apagando ideologicamente as diferenças, a começar pelo uso de uniformes que os igualam, transformando o sujeito aluno como uma engrenagem do mecanismo opressor, através de estudos e estatísticas o aluno, através da escola vira objeto de estudos, números em diários e listas de chamadas, em livros de ocorrências, atas de suspensões, boletins de notas, etc. Assim acontece com o detento no presídio, o soldado no quartel, o empregado na fábrica ou, o paciente no hospital.

O aluno, antes ser singular torna-se, na escola, sujeito oriundo dos discursos de saber e poder que ali o interpela. Aos poucos, e desde o começo da sua “internação” na instituição escola, ele vai sendo programado a reproduzir tais discursos, e, num estágio avançado do processo disciplinar, ele não é mais dono de suas ideias torna-se apenas repetidor das “verdades” ditas a ele na escola.

É, portanto necessário controlar e codificar todas essas práticas ilícitas. É preciso que as infrações sejam bem definidas e punidas com segurança, que nessa massa de irregularidades toleradas e sancionadas de maneira descontínua com ostentação sem igual seja determinado o que é infração intolerável, e que lhe seja infligido um castigo de que ela não poderá escapar (FOUCAULT, 1975, p. 150).

Partindo desse pensamento, fica evidente que as práticas disciplinares são sim exercidas na escola, tornando-se leis de funcionamento da instituição e forma de poder exercida sobre os alunos. Essa realidade abrange também o fazer do professor, que é transformado em repetidor do processo, uma vez que a burocracia o prende ao sistema.

Cabe ao professor o poder maior de punir por meio de provas (como instrumento de submissão), cuja função é, principalmente, impor a obediência e o respeito. A organização da sala é planejada com a finalidade de garantir esta disciplina (a disposição das cadeiras e mesas: uma atrás da outra para manter a “ordem” e melhor controle do professor, os alunos devem erguer a mão para perguntar, pedir licença para tomar água ou ir ao banheiro), porque se houver alguma forma de liberdade perde-se o controle dos mesmos.

O corpo do aluno se torna objeto de manipulação e condicionamento Foucault (1975). “Qualquer manifestação que fugir das normas deve ser corrigida através de punições”, dessa maneira cria-se um “saber” e um mecanismo que permite rotular o aluno como: “o problemático”, “o indisciplinado”; cujo nome vai para o livro de ocorrências, para o Livro Ata do Diretor, como acontece no presídio, ou então para o aluno “disciplinado” um saber que o qualifica, o valoriza através de elogios, certificados de honra ao mérito, nome no mural de destaque, medalhas, etc.

O exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. É por isso que em todos os dispositivos de disciplina o exame é altamente ritualizado. Nele vêm-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade. No coração dos processos de disciplina, ele manifesta a sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam. A superposição das relações de poder e das de saber assume no exame todo o seu brilho visível. (FOUCAULT, 1975, p. 164-165)

Dessa maneira, através da prática das avaliações, são os resultados das mesmas que irão dizer a “verdade” sobre os alunos. Esse é o objetivo dos registros, o aluno passa a ser analisado, marcado, julgado àquilo que sobre ele é anotado (hábitos, progressos, retrocessos, tendências, habilidades, resistências, proficiência, etc.). Esses mecanismos e ideologias de poder produzem um “saber” sobre o aluno, a partir daquilo que é medido, comparado, descrito. “O aluno é, portanto avaliado por pedaços, não é ‘qualificado’ por inteiro.

A intenção dessas práticas disciplinares avaliativas são na realidade tentativas de juntar tudo isso para “descobrir” e definir quem é esse aluno singular, a saber, um “normal” ou um “anormal”, um dócil “adestrado” ou um “delinquente” subversível que não se enquadra nas regras da escola.

Foucault (1975) diz que, nas práticas disciplinares mais do que excluir, reprimir, interditar, censurar, abstrair, o poder disciplinar é, sobretudo, produtivo: “ele produz realidades; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que deles se pode se ter se originam nessa produção”. Entende-se que a individualidade que o poder produz se constitui por gestos, comportamentos, desejos, verdades sobre o sujeito produzido pelo exercício do poder e do saber.

O corpo, tornando-se alvo dos novos mecanismos do poder, oferece-se a novas formas de saber. Corpo do exercício mais do que da física especulativa; corpo manipulado pela autoridade mais que atravessado pelos espíritos animais; corpo do treinamento útil e não da mecânica racional, mas no qual por essa mesma razão se anunciará certo número de exigências de natureza e limitações funcionais. (FOUCAULT, 1975, p. 157).

Então, de acordo com o pensamento de Michel Foucault, fica claro que o indivíduo se assujeita, sobretudo, pelos instrumentos e técnicas de exercício do poder disciplinar. E, a instituição escolar com certeza se utiliza desses instrumentos e técnicas para impor sua “verdade” sobre os alunos. O controle da escola para com os alunos começa pelo corpo, e de acordo com Foucault (2013) foi no biológico, no somático que, antes de tudo investiu a sociedade capitalista.

Mas o mais importante sem dúvida é que esse controle e essa transformação do comportamento são acompanhados – ao mesmo tempo condição e consequência – da formação de um saber dos indivíduos [...] Outros tantos elementos indispensáveis se queremos “determinar quais serão os cuidados necessários para destruir seus hábitos antigos”. (FOUCAULT, 2013, p.77).

O discurso atual da escola repete a ideologia da classe dominante afirmando uma suposta igualdade que nunca existiu (senão no discurso), propaga a ilusão da liberdade. Mas a escola, na prática, desde a sua criação, é uma instituição que se insere nos processos de segregação social para a manutenção do status reinante. Pois, como afirma Marx (*apud* ORLANDI, 2012, p. 141) que “a alienação desenvolve-se quando o indivíduo não consegue discernir e reconhecer o conteúdo e o efeito de sua ação interventiva nas formas sociais”. Percebe-se, partindo desse pressuposto que a escola, enquanto instituição ideológica formadora é uma instituição alienante do sujeito.

O discurso da escola como o da sociedade no geral adquire uma nova roupagem para poder se adequar às exigências do mercado contemporâneo, esse “novo discurso” se pauta na promoção da cidadania, da democracia, dos direitos humanos, da inclusão, da igualdade de gênero, da sexualidade, entre outros. Porém, na maior sutileza a disciplina está disfarçada, cria-se a todo o momento leis proibindo os sujeitos a não se manifestarem.

Dessa forma, o sistema atual abafa o controle com um discurso de liberdade e inclusão que nada mais é do que o mesmo método massificante e individualizante do passado, mas que agora faz uso de novas tecnologias para melhor controlar os corpos e as mentes. O atualíssimo discurso da inclusão

social em todos os âmbitos, sobretudo na educação, desse modo, pode ser visto como meio de silenciamento das vozes dos sujeitos divergentes ao sistema, como afirma (ORLANDI, 2012, p. 117).

Sendo assim, o poder disciplinar é um poder em, que em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior "adestrar" Foucault (2013) ou, sem dúvida, adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor cuja função não pode ser confundida com a do suplício. Enquanto este sacrifica e destrói o corpo, a disciplina apropria-se dele com a finalidade de aproveitá-lo ao máximo.

A disciplina não é mais simplesmente uma arte de repartir os corpos, de extrair e acumular o seu tempo, mas de compor forças para obter um aparelho eficiente.

A existência de um regime disciplinar na escola como diz Foucault (1975) compara-se a um sistema penal, uma micropenalidade para a possível transgressão a qualquer norma. A disciplina na escola atua punindo, impondo penas leves e severas.

O corpo tornando-se alvo de novos mecanismos do poder oferece-se a novas formas de saber. Corpo do exercício mais do que da física especulativa; corpo manipulado pela autoridade mais que atravessado pelos espíritos animais; corpo do treinamento útil e não da mecânica racional, mas no qual essa mesma razão se anunciará certo número de exigências da natureza e limitações funcionais. (FOUCAULT, 1975, p. 157).

Seguindo esse raciocínio, percebe-se que pouco a pouco, surge uma exigência nova a que a disciplina tem de atender e, a escola segue esse ritmo. Porém, a disciplina não apenas reparte os corpos, ela extrai e acumula o seu tempo compondo forças para obter um aparelho eficiente.

Foucault (1975) afirma que, "ao mesmo tempo em que se fala em diversidade a disciplina é individualizadora todos se sujeitam às mesmas obrigações num lugar determinado". Por exemplo, na técnica de colocar os indivíduos enfileirados a disciplina individualiza os corpos. Nas escolas há a conhecida ordenação por fileiras. Nesse conjunto de alinhamentos, cada aluno segundo a sua idade, desempenho, altura, comportamento, ora ocupa uma fila, ora outra, ele desloca-se todo o tempo numa série de posições que marcam uma hierarquia.

Outro método utilizado pela escola para o controle dos alunos é a utilização do tempo através de horários rígidos com atividades permeadas por ordens desde o momento da entrada até a saída através de uma rotina massificante: horário da fila, chamada, horário de leitura, de escrita, horário de lanche, de recreio, etc.

De acordo com Foucault (2013) Fica claro que a escola enquanto reprodutora da ideologia do poder constitui-se em um espaço de "posse da alma dos sujeitos", oprimindo a partir de sua subjetividade, fazendo uso do poder que a sustenta. As técnicas psicológicas de disciplina, visivelmente



presentes na escola, se apossam dos sujeitos de forma aparentemente livre, mas na realidade é uma profunda relação de poder.

Dessa forma, na atualidade a escola ainda disciplina e assujeita os alunos sem que seja necessário o uso da violência, valendo-se de técnicas sutis de persuasão que agem de forma indireta sobre suas escolhas, seus desejos e sua conduta, deixando o sujeito “livre para escolher”, mesmo que diariamente envolvido por normas que aprisionam à sua própria consciência.

Foucault (2013) argumenta que a escola moderna é o lugar onde se dá a forma mais duradoura à conexão entre o poder e o saber na Modernidade. A escola funciona, assim, como uma máquina de governamentalização que consegue ser mais poderosa e ampla do que a prisão, o manicômio, o quartel.

A escola constituiu-se como a mais eficiente maquinaria encarregada de fabricar as subjetividades, ao passo que hoje boa parte da subjetividade operada na e pela escola [...] ou se deslocou para o espaço social mais amplo ou, mesmo ainda ocorrendo no espaço escolar, deixou de contar com aquele tipo de poder e aquelas práticas (como tecnologias) para a fabricação de sujeitos. (FOUCAULT, 2013, p. 238).

Partindo desse pensamento compreende-se que a escola faz parte de uma rede produtiva que age sobre o corpo do aluno, não somente através do poder repressivo, mas também da produção da subjetividade que diz respeito ao contexto disciplinar que ocorre tanto na sala de aula como para a vida, afetando o processo de constituição do próprio sujeito.

3.1 PODER E DISCIPLINA NA REALIDADE DA ESCOLA OBSERVADA

A partir do pensamento de Michel Foucault, o qual compara a escola a um manicômio, a uma fábrica, ou a um quartel e de que o sujeito é algo construído pela sociedade e também através das observações realizadas numa Escola Pública Municipal em Campo Grande – Mato Grosso do Sul, percebe-se que as instituições escolares enquanto práticas pedagógicas são da ordem da disciplina, do poder disciplinar e funcionam utilizando-se de técnicas e estratégias as quais assujeitam os alunos em indivíduos disciplinados e controláveis como soldados num quartel, agindo como dispositivo, selecionando o que deve se dizer, fazer ou pensar.

A escola observada no seu Projeto Político e Pedagógico, capítulo V tem como Função Social oferecer aos alunos um ensino de qualidade, voltado para a criatividade e o trabalho com a comunidade, com o compromisso da melhor prestação de serviços, respeitando os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade de

criação e o acesso às fontes da cultura, conforme o artigo 58 do estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Nesse sentido, de acordo com o documento, a escola busca formar cidadãos que se utilizem de seus conhecimentos construídos dentro do ambiente escolar para resolução de seus problemas diários, como também aptos a viver em uma sociedade cada vez mais complexa e em constante mudança.

O texto sobre a Função Social da Escola observada diz ainda que, o objetivo principal da mesma passa a ser a organização racional dos meios, sendo que a escola tem como função social “funcionar como modeladora do comportamento humano através de técnicas específicas”. Percebe-se, portanto nas entrelinhas dessa frase a existência do poder disciplinar na escola, pois modelar o comportamento de alunos utilizando-se de técnicas específicas como afirma o documento na página 17 é assujeitá-los, enquadrá-los e até adestrá-los de acordo com as normas existentes na escola.

Fica evidente uma incoerência muito grande no texto, pois no parágrafo seguinte diz que: “o nosso trabalho pedagógico enquanto escola está embasado na Legislação Vigente, tem como objetivo principal oportunizar o desenvolvimento integral e harmônico do conjunto das habilidades que leve os alunos a determinadas competências que lhes permitirão viver como cidadãos e como profissionais em uma sociedade que passa por rápidas e profundas transformações em todos os seus níveis”.

Porém, na realidade do dia a dia da escola não se percebe essa liberdade oferecida ao aluno para que o mesmo desenvolva-se integralmente e adquira tais competências e habilidades como afirma o documento, pois foi observado que durante o funcionamento das aulas desde a entrada até o momento da saída o poder da técnica disciplinar predomina em todos os aspectos na vida dos estudantes.

Na escola observada, no momento da entrada às 7 horas da manhã e às 13 horas da tarde toca-se o sino e todos os alunos formam filas, por ordem das turmas. Na segunda-feira, em fila toca-se o Hino Nacional e todos devem cantar, os alunos que não retiram o boné da cabeça na hora do Hino ou conversam são retirados da fila e após os outros entrarem cantam o Hino novamente ou recebem uma “bronca” da diretora.

Nas salas de aula dos alunos do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental existe fixado nas paredes um mapa de sala identificando o lugar onde cada aluno deve se sentar, se algum aluno ou aluna sentar-se fora do lugar determinado é retirado, voltando para o lugar identificado no mapa.

Para cada turma é feito um livro de ocorrências por ordem alfabética no qual os professores registram tudo o que ocorrer fora das normas como: quem não faz as tarefas, quem falta às aulas, quem conversa ou ri na hora da aula, falta com respeito aos professores ou pratica bullying com os colegas. Em casos de agressões físicas o aluno é suspenso por três dias da escola.

Os alunos que não se “enquadram” Nas normas disciplinares da escola são suspensos ou não podem participar dos treinamentos esportivos, projetos ou passeios oferecidos pela escola.

A escola, em sua constante busca pelo enquadramento dos sujeitos, normatiza o tempo, produzindo sujeitos autocontrolados. Ao normatizar o tempo, a escola passa a exigir que todos internalizem, apreendam esse tempo que serve como medida comum para todos, determinando a aprendizagem dos sujeitos e excluindo aqueles que não se enquadram nesse tempo. Responsabilizar os sujeitos pela sua adequação ao tempo escolar, pela sua aprendizagem, caracteriza-se como uma perversa estratégia da escola para determinar aqueles que podem ou não ocupar o espaço escolar. (FOUCAULT, 2008 p. 174).

Na escola observada, a disciplina é marcada através do tempo e do espaço, e servem como mecanismos que buscam controlar a vida dos sujeitos. Tempo e espaço se unem determinando posições, legitimando saberes e assujeitando os alunos.

Também foi possível observar que apesar de estarmos vivendo no século XXI, na denominada “Escola Moderna” os alunos desta escola, sentam-se enfileirados um atrás do outro, não podem circular pela sala, devem levantar a mão para perguntar, pedir licença para entrar, sair ou pegar um objeto que caia no chão, “isso é para um melhor controle do domínio de sala” dizem os professores. Alguns professores permitem com que os meninos façam uso do boné durante às aulas, mas outros não, mesmo que o uso do boné seja permitido no Regimento Escolar.

Uma relação de violência age sobre um corpo, sobre as coisas; ela força, ela submete, ela quebra, ela destrói; ela fecha todas as possibilidades; não tem, portanto, junto de si, outro polo senão aquele da passividade; e, se encontra uma resistência, a única escolha é tentar reduzi-la. Uma relação de poder, ao contrário, se articula sobre dois elementos que lhe são indispensáveis por ser exatamente uma relação de poder: que “o outro” (aquele sobre o qual ela se exerce) seja inteiramente reconhecido e mantido até o fim como sujeito de ação; e que se abra, diante da relação de poder, todo um campo de respostas; reações, efeitos, invenções possíveis. (FOUCAULT, 2008, p. 243).

Cabe salientar que de acordo com o filósofo, o efeito do poder disciplinar não é o de se apropriar bruscamente de um corpo para dele extrair afeto, submissão e trabalho, mas é, sim, o de adestrá-lo de maneira sutil, tornando-o dócil e útil para o corpo social.

Ao observar essa escola, fica claro perceber que as técnicas disciplinares partem do princípio de que toda criança ou adolescente são moldáveis e que precisam ser corrigidos e docilizados.

O enquadramento não ocorre através da violência física, é indireta, psicológica, já que prega uma ação educativa ativa e criativa, respeitando o desenvolvimento do aluno, a “correção” ocorre a partir da subjetividade.

Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante das forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as ‘disciplinas’. Muitos processos disciplinares existiram há muito tempo: nos conventos, nos exércitos, nas oficinas também. Mas as disciplinas se tornaram no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação (FOUCAULT, 1975, p. 218).

Partindo desse pressuposto ao mesmo tempo em que a “Escola Contemporânea” do século XXI faz um discurso sobre a inclusão da diversidade e da formação de alunos críticos e participativos salienta os erros, divide os alunos e o saber entre quem “sabe” e quem não “sabe”, deixa em evidência as diferenças, recompensando os que se sujeitam aos enquadramentos impostos pelo sistema escolar. Isto fica claro ao observar nesta escola a entrega de certificados e honra ao mérito para os alunos destaque do bimestre em notas e “bons” comportamentos.

Sendo assim, a escola transforma-se em uma unidade de vigilância política, controlando os alunos por meio da burocracia escolar, do coordenador pedagógico, do diretor ou diretora, dos professores.

O poder na escola através das técnicas disciplinares está presente no espaço escolar, determinando padrões, recriminando condutas, corrigindo infrações. As punições escolares não pretendem recuperar os “infratores”, mas diferenciá-los dos “normais”, classificando-os ao grupo da desordem e da delinquência.

Seja, por exemplo, uma instituição escolar: sua organização espacial, o regulamento meticuloso que rege sua vida interior, as diferentes atividades aí organizadas, os diversos personagens que aí vivem e se encontram, cada um com uma função, um lugar, um rosto bem definido – tudo isto constitui um “bloco” de capacidade-comunicação-poder. A atividade que assegura o aprendizado e a aquisição de aptidões ou de tipos de comportamento aí se desenvolve através de todo um conjunto de comunicações reguladas (lições, questões e respostas, ordens, exortações, signos codificados de obediência, marcas diferenciais do “valor” de cada um e dos níveis de saber) e através de toda uma série de procedimentos de poder (enclausuramento, vigilância, recompensa e punição, hierarquia piramidal. (FOUCAULT, 2008, p. 241).

Portanto, de acordo com Foucault (1975) em sua Obra Vigiar e Punir e através das observações realizada nesta referida escola, fica evidente que a instituição escolar pode ser mesmo comparada a um

quartel, a uma prisão, a um manicômio ou a uma fábrica, pois as técnicas disciplinares e o assujeitamento dos alunos estão presentes no dia a dia dos mesmos e fazem parte da rotina escolar.

A coordenadora pedagógica atua como se fosse uma investigadora, um policial, um delegado ou até mesmo um juiz, pois cabe à mesma registrar no caderno de ocorrências dos alunos e relatar toda “indisciplina” ou “insubordinação” à diretora escolar que determinará qual é a penalidade para cada “infração”. Existe um caderno de ocorrência para cada turma, organizado com o nome dos alunos em ordem alfabética, endereço e o telefone dos pais. Os professores também registram qualquer “anormalidade” neste caderno (quem não fez as tarefas, quem esqueceu algum livro, quem faltou à aula, quem conversa durante as aulas com os colegas, quem levanta do lugar sem autorização, quem não copia atividades da lousa e até mesmo quem sorri de algum acontecimento).

Muitas vezes até quem está sem o lápis é encaminhado para a coordenação e quem chega atrasado só entra se apresentar um bilhete enviado pela coordenadora pedagógica.

O direito de punir deslocou-se da vingança do soberano à defesa da sociedade. Mas ele se encontra então recomposto com elementos tão fortes, que se torna quase mais temível. O malfeitor foi arrancado a uma ameaça, por natureza, excessiva, mas é exposto a uma pena que não se vê o que pudesse limitar. Volta de um terrível superpoder. E necessidade de colocar um princípio de moderação ao poder do castigo. (FOUCAULT, 1975, p. 143).

Partindo desse pressuposto, de acordo com Foucault, percebe-se que a escola, enquanto instituição ideológica formadora é um lugar alienante do sujeito. O discurso real reinante, não condiz com o texto escrito na sua Proposta Pedagógica e o controle através da prática disciplinar descrito por Foucault é mantenedora da ideologia do poder na escola.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do estudo em Michel Foucault e das observações realizadas em uma Escola Pública Municipal em Campo Grande – Mato Grosso do Sul, fica evidente que a escola é um aparelho que exerce um controle perpétuo do conhecimento e o manipula através de suas técnicas disciplinares fazendo com que os alunos aceitem o poder de punir e de serem punidos e se habituem ao sistema disciplinar, legitimando a eficácia desse poder exercido por diretores, professores, coordenadores, monitores e outros.

Nessa perspectiva fica claro, que o poder disciplinar conquista um lugar importante nos discursos e nas ações, sendo protagonista das relações que compõe o universo escolar.



Partindo dessa observação percebe-se que a escola é um lugar contraditório, pois ao mesmo tempo em que afirma em documentos que é função da escola formar um cidadão crítico, criativo e participativo, na realidade essa mesma escola através das técnicas disciplinares pune, segrega, castiga, exclui e cala quem ousa discordar das regras e padrões dominantes na instituição escolar.

Os alunos, vistos por todos como os atores principais da escola, são os mais atingidos com os reflexos do poder existente na mesma, pois são alvos de uma relação hierárquica, induzindo todos a se sentirem sempre vigiados e controlados no ambiente escolar.

Partindo desse pressuposto percebe-se que é necessário e fundamental a democratização da escola, pois a possibilidade de desvincular saber de poder na escola consiste na criação de organizações onde professores, alunos, funcionários e todos os envolvidos na instituição escolar formem uma comunidade real de respeito e conhecimento.

Todos os envolvidos no processo educacional poderiam agir no sentido de promover uma transformação no sistema educacional. Pois, Foucault cita a possibilidade de resistência dos sujeitos a toda forma de controle. Através da prática da liberdade que se dá pela subjetivação do sujeito a escola deve lutar para a formação de um sujeito livre, autônomo e participativo do meio social.

Se a escola tem como objetivo preparar sujeitos que pensem e ajam com ética e responsabilidade, não é “enquadrando” ou impedindo o diálogo que conquistará essa meta e a sala de aula deve refletir o ambiente dos corredores, o respeito deve existir no ambiente como um todo. É necessário rever situações de poder e as posturas dentro do ambiente escolar.

Todos os envolvidos na escola precisam ter a oportunidade de expressarem suas opiniões e devem ser respeitados por isso. Todos têm a contribuir com a educação, ninguém é detentor da verdade e do saber.

Será através de situações democráticas e dialogadas, onde realmente o outro tenha voz, em que a empatia exista que serão construídos laços superiores à relação de poder. Laços de cumplicidade entre pessoas que desejam uma educação democrática e participativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008.

_____. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2008.



EDIÇÃO Nº 19 JANEIRO DE 2017
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 20/10/2016
ARTIGO APROVADO ATÉ 20/12/2016

_____. **A ordem do discurso.** São Paulo: Loyola, 2008.

_____. **Em defesa da sociedade:** curso no College de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2013.

_____. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão (1975). Tradução de Raquel Ramalhete. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. O Olho do Poder. In: MACHADO, Roberto (trad. e org.). **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Graal, 2013.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault. Uma trajetória filosófica:** para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso:** princípios e procedimentos. 12ª Edição, Pontes Editores, Campinas, SP. 2015.